

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL/MG


Concorrência nº 03/2011

Processo nº 23087.002045/2011-72

CONSTRUTORA ALVES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997176/0001-46, com sede na rua Flor de Jequitibá, nº 12, sala 201, Bairro União, nesta capital, CEP 31.160-280, neste ato representada por seu sócio-administrador **GUSTAVO ALVES SOARES** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 047.471446-25, vem, respeitosamente perante a ilustre presença de V. Exa., por sua advogada abaixo assinada, dentro do prazo legal e nos termos do item 58 do Edital e do art. 109, da Lei 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a respeitável decisão proferida na Ata de Resultado de Julgamento do dia 08/08/2011, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

A empresa Recorrente credenciou-se no procedimento licitatório pela qual o Ministério da Educação, através de sua Comissão Permanente de Licitação, objetiva a contratação de pessoa jurídica, especializada no ramo, para fins de execução de obra, com o fornecimento dos materiais, para construção do prédio "D", com área de 4.160m² destinado a abrigar áreas administrativas, salas de professores e salas de aula da universidade Federal de Alfenas, campus Varginha/MG, situado na Avenida Celina Ferreira Ottoni, nº 4000, Alto do Sion, Varginha/MG, conforme especificado no Projeto Básico e nos Anexos do Edital.

Atendendo às Condições de Participação constantes do Edital, a Licitante/Recorrente apresentou toda a documentação necessária à Habilitação, tendo sua proposta sido considerado válida, classificando-se em 1ª lugar, com o valor de R\$2.580.413,57 (doc. anexo).

RECEBIDO 12 / 08 / 11

UNIFAL-MG

Ocorre que, em virtude do benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 6.204/2007, após a apresentação de nova proposta da empresa, também licitante, **Payoletti Martins Construções Ltda - ME**, esta d. Comissão concluiu ter referida empresa apresentado a proposta de menor valor global, classificando-a em primeiro lugar.

Todavia, a licitante **Payoletti Martins Construções Ltda - ME** apresentou em sua nova proposta alíquota de 2,5% de ISSQN (fls. 817/819 do processo Licitatório, neste ano anexadas), estando, assim, em desconformidade com Lei.

A Lei Municipal de Varginha/MG nº 5.296, que altera dispositivos da lei Municipal nº 4.021/2003, em seu art. 3º, dispõe:

Art. 3º - O art. 7º e incisos da Lei nº 4.021/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º São as seguintes as alíquotas do ISSQN:

I – 2% (dois por cento) para os serviços descritos nos itens 8, 27 e 42 e nos subitens 7.02, 7.05, 9.02, 9.03, 10.05, 10.09, 10.10, 12.16, 17.13, 17.25 e 26.02 da lista que integra a Tabela anexa a esta Lei e para quaisquer subitens não relacionados nos incisos posteriores; (...)

Certo é que a tabela anexa a Lei 5.296, inclui os serviços relativos a engenharia, arquitetura e construção civil em seu item 7, e a execução por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil no seu subitem 7.02, incidindo, assim, a alíquota de **2% de ISSQN e não a de 2,5% apresentada pela licitante.**

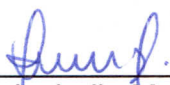
Dessa forma, patente é a afronta à Lei Municipal 5.296, devendo a empresa **Payoletti Martins Construções Ltda - ME** ser inabilitada desse procedimento licitatório.

Por conseguinte, deve ser a Licitante/Recorrente classificada em 1ª Lugar, por ter sido vencedora na primeira Ata de Resultado de Julgamento, proferida dia 04/08/2011. Pelo princípio da eventualidade, a título de argumentação, caso não entenda essa digna Comissão pela classificação da Recorrente em primeiro lugar, alternativa não resta senão anular todo o procedimento licitatório, instaurando-o novamente, desde a publicação de novo edital.

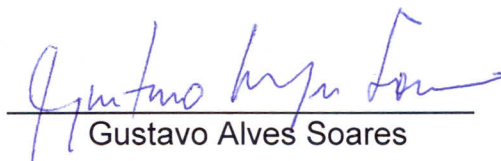
Em face das razões expostas, a Recorrente requer desta digna Comissão Permanente de Licitação o provimento do presente Recurso Administrativo para inabilitar a empresa Payoletti Martins Construções Ltda - ME do procedimento licitatório (Concorrência 03/2011, processo nº 23087.002045/2011-72) ou, subsidiariamente, seja anulada a presente licitação, com instauração de novo procedimento para o mesmo fim.

Termos em que,
pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2011.



Isabella Menezes Ferreira
OAB/MG 104.777



Gustavo Alves Soares